

Congresso pára mas promete votar segunda

As articulações para a disputa da presidência da Câmara dos Deputados tomaram toda a tarde de ontem e praticamente inviabilizaram o cumprimento da Ordem do Dia da sessão. Um acordo de lideranças solicitou a retirada de pauta de 24 dos 25 itens listados. Foi votado apenas o projeto que prolonga por mais seis meses os critérios vigentes para a concessão do seguro-de-semprego.

A expectativa de alguns parlamentares é de que as votações de projetos definidos como prioritários só aconteça mesmo no último instante, apesar do anúncio de uma lista de matérias que seriam votadas ainda este ano. Na sessão de ontem, por exemplo, deveria continuar a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma espécie de Constituição do setor, que já tramita há mais de três anos.

Também ficou de fora o projeto que trata da legislação sobre sequestros, eleito como urgente na reunião de terça-feira do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), com os líderes dos partidos. O PT, na quarta-feira, foi contra o pedido de urgência para a matéria. Segundo o deputado Hélio Bicudo (PT-SP), o projeto é polêmico e não pode ser discutido em regime de urgência urgentíssima e de "forma emocional".

O protesto prevê o bloqueio dos bens do sequestrado e dos parentes até quarto grau da vítima, como forma de inibir a ação dos sequestradores. "Os ricos têm dinheiro no exterior ou amigos a quem recorrer",



A Comissão de Economia se reúne: projeto dos portos não caminha

argumenta Bicudo. Ele acredita que a proposta penaliza tanto a vítima quanto os parentes: "O projeto desconhece que na ponta do sequestro há uma vida".

O relator do projeto, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), acredita que apenas uma facção petista, liderada por Hélio Bicudo, é contra a proposta. Mesmo assim, Magalhães já afirmou que adiará a votação do projeto para 1993. Segundo o relator, não há concordância sobre a aplicação de uma legislação que vigora na Itália no país: "Lá o crime é organizado e aqui os sequestradores são pé-de-chinelo".

Senado — O projeto de privatização dos portos continua emperrado no Senado. Após inúmeras tentativas fracassadas de acordo entre os pontos mais polêmicos da proposta, primeiro com empresários e trabalhadores portuários e depois com os senadores — a matéria ainda está sem definição na Comissão

de Assuntos Econômicos do Senado.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) que busca articular um entendimento, acredita que o acordo deverá acontecer, mas já não aposta em aprovação no plenário do Senado e devolução à Câmara este ano. O projeto, há seis meses na Casa, depois de mais de um ano de Câmara, vai ficar na lista de espera do ano que vem.

Painel — No painel de presença da Câmara estavam registrados 300 deputados, mas o plenário permaneceu vazio quase o tempo todo. É o chamado "quórum de painel", comum as quintas-feiras, quando os parlamentares começam a deixar a cidade. Os deputados apenas c

o

locam o nome no painel, mas saem do plenário. Com isso, só na próxima terça-feira os projetos voltam a discussão e podem ser aprovados, se houver acordo.